



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8823 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO (RIO DE JANEIRO, 1921):
CENTENÁRIO DE UM PROJETO PARA MODERNIDADE EDUCACIONAL E
IDENTIDADE DA NAÇÃO BRASILEIRA

Solange Aparecida de Oliveira Hoeller - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

**CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO (RIO DE JANEIRO,
1921): CENTENÁRIO DE UM PROJETO PARA MODERNIDADE EDUCACIONAL
E IDENTIDADE DA NAÇÃO BRASILEIRA**

RESUMO

Esta investigação, de perspectiva histórica e documental, demarca o centenário da Conferência Interestadual do Ensino Primário (CIEP-RJ), ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1921. Objetiva-se compreender os mobilizadores da CIEP-RJ e em que medida o evento permite interpretar um projeto que articula aspectos da modernidade educacional e identidade da nação brasileira. O percurso teórico-metodológico e a construção da narrativa histórica, mobilizaram os conceitos de moderno, modernidade atrelados às questões da identidade da nação. Sustenta-se que a modernidade educacional esteve articulada às questões voltadas para a identidade e consciência nacionais, como se propõe nesta análise.

Palavras-chave: Conferência de ensino. Modernidade. Projeto de nação. Brasil.

INTRODUÇÃO

Apresenta-se uma investigação no campo da história da educação, tendo como características a pesquisa documental, nas considerações de Le Goff (1996). Procura-se dar relevo à Conferência Interestadual do Ensino Primário – CIEP-RJ – ocorrida na antiga capital brasileira, Rio de Janeiro no ano de 1921, destacando no presente ano – 2021 –, o centenário deste evento.

No Brasil, a ocorrência de congressos e conferências organizados com a finalidade de discutir e propor para a área educacional foi e é realidade. Em relação ao contexto educacional brasileiro contemporâneo, em período histórico recente, aconteceram diversas discussões, tanto regionalizadas e pontuais – nas diversas instituições educativas bem como nos municípios – quanto em nível nacional, por meio da CONAE – Conferência Nacional de Educação, visando abarcar as problemáticas educacionais próprias do momento, em nível nacional, da educação infantil à pós-graduação (BRASIL, 2014; 2018).

As conferências educacionais, tanto nos anos de 1920 como um século após, podem

ser compreendidas como lugares públicos para exposição, explicitação e discussão de projetos. Esta reflexão pode auxiliar na compreensão do processo histórico-educacional brasileiro e do que esteve e o do que está em evidência no campo da educação e de que modo tais elementos podem ser tomados, em certa proporção, como projetos de nação, ainda que possam divergir, concorrer ou se apresentar de modo comum em certos aspectos das suas propostas.

Quanto à CIEP-RJ não foi localizado nenhum trabalho de maior aprofundamento acerca deste evento. Foi citado por autores – exemplo de Nagle (2001) – para tratar de algum aspecto ou para ilustrar um tema específico: como tomar algumas teses sobre métodos de ensino; trazer apontamentos sobre a higiene e saúde presente nas discussões; ou outras abordagens de caráter similar. Isto também pode revelar a relevância da presente abordagem.

O objetivo central deste texto foi compreender os mobilizadores da CIEP-RJ e em que medida este evento permite interpretar um projeto de nação que articula aspectos da modernidade educacional e identidade da nação brasileira. Apresenta-se a questão-problema: Sob que sentidos e significados a modernidade educacional e a identidade da nação brasileira deveriam estar assentadas, no Brasil, no início dos anos de 1920, pelas proposições da CIEP-RJ? Para as análises empreendidas e a para a construção da narrativa histórica, foram mobilizados os conceitos de moderno, modernidade (LE GOFF, 1990; 1997) atrelados às questões da identidade nacional/Nação (ANDERSOM, 1989; 1993).

Le Goff (1997) aborda questões relativas aos conceitos de moderno, modernidade, modernização e modernismo. Sobre o que pode ser correspondente ao *moderno* ele evidencia o caráter histórico e polissêmico do par *antigo/moderno*. Informa que este par se desenvolveu em um contexto complexo.

Afirma que “(...) cada um dos termos e correspondentes conceitos nem sempre se opuseram um ao outro: ‘antigo’ pode ser substituído por ‘tradicional’ e ‘moderno’, por ‘recente’ ou ‘novo’ (...)” e também “(...) porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras”. Para o autor este par – antigo/moderno – e o seu jogo histórico e dialético são gerados entre aquilo que é moderno, onde a consciência da modernidade nasce do sentido de ruptura com o passado. *Antigo* ainda se desloca para outros comparativos: modernidade, modernização, modernismo (LE GOFF, 1997, p. 02).

Para Anderson (1993) nação, nacionalidade e nacionalismo são termos notoriamente difíceis de definir e de analisar e propõe que, em vista das variadas significações, tanto a nação quanto o nacionalismo são artefatos culturais de uma classe particular, que geram apegos profundos. O autor refere-se que a nação é uma comunidade política imaginada, limitada e soberana e que se justifica para além dos elementos objetivos que a constitui (língua, etnia, religião e outros).

A nação é imaginada, pois por menores que sejam elas, os seus membros jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas. É imaginada como limitada, pois mesmo a maior delas que, talvez, abarca um bilhão de seres humanos, tem fronteiras finitas, ainda que elásticas, que divisam com outras nações. É imaginada como soberana, pois as nações sonham em ser livres e buscam como garantia e emblema dessa liberdade, o Estado soberano. É imaginada como comunidade, pois, sem considerar a desigualdade e exploração que possa prevalecer em cada caso – levando-se em conta aspectos simbólicos como o sentimento nacional – a nação é concebida sempre como um companheirismo profundo, horizontal.

Na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 05 de agosto e 22 de setembro 1921, ocorreram as 8 sessões preparatórias da CIEP-RJ. De 12 de setembro a 22 de outubro de 1921 as demais sessões: de instalação; 14 sessões ordinárias; e a de encerramento. O evento teve como locais o Salão de Conferências da Biblioteca Nacional e o

Salão Nobre do Clube de Engenharia. A comissão de preparação da CIEP-RJ elaborou seis teses:

1. Diffusão do ensino primário. Fórmula para a União auxiliar a diffusão desse ensino. Obrigatoriedade relativa do ensino primário; suas condições.
2. Escolas rurais e urbanas. Estágio nas escolas rurais e urbanas. Simplificação dos respectivos programas.
3. Organização e uniformização do ensino normal no país. Formação, deveres e garantias de um professorado primário nacional.
4. Creação do "Patrimônio do Ensino Primário Nacional", sob acção comum entre Municípios, Estados e a União. Fonte de recursos financeiros.
5. Nacionalização do ensino primário. Escolas primárias nos Municípios de origem estrangeira. Escolas estrangeiras, sua fiscalização.
6. Conselho de Educação Nacional: sua organização e fins. (BRASIL, 1922, p. 71-72).

Um procedimento adotado pela comissão de organização da CIEP-RJ, foi o de publicar no Diário Oficial o relatório e as conclusões de cada uma das seis comissões de análise, para que os demais conferencistas tomassem conhecimento e pudessem fazer suas considerações, nas sessões ordinárias. Após a apresentação do relatório das comissões e discussão geral dos pareceres nas sessões ordinárias, seis comissões procederam nas análises e conclusões finais das teses do evento, totalizando quarenta e quatro conclusões deliberadas pela CIEP-RJ.

Em relação ao Brasil, nos anos de 1920, pode-se propor que a nação ou um projeto de nação, deveria se constituir pelos aspectos objetivos e subjetivos. Objetivos: compartilhar e defender o uso da língua nacional; pertencer ao mesmo território (brasileiro), procurando vencer a heterogeneidade percebida sob vários aspectos; priorizar a cultura e tradição, no sentido de cultivar a identidade nacional, pelos símbolos, características e elementos brasileiros. Aos aspectos subjetivos, pela consciência e sentimento nacionais (cultivar o desejo de pertencer à nação brasileira, amor à pátria, valorização da cultura brasileira – datas, grandes vultos e heróis nacionais, dentre outros).

Ao mesmo tempo em que o Brasil – pelo critério da homogeneização – buscava a identidade e despertar a consciência e sentimento nacionais, também procurava estabelecer-se como nação moderna. Progredir e alcançar ideais de modernidade era também firmar-se como nação brasileira.

É possível avaliar que, em grande proporção as propostas pensadas, elaboradas, articuladas e postas em discussão na CIEP-RJ, voltadas à nacionalização do ensino e ao ensino da língua vernácula, também conformam proposições e posicionamentos da área política, uma vez que era para o bem e progresso do país que, em primeira ordem, se deveriam pôr em prática tais propostas.

Outros aspectos expostos nessa discussão referem-se ao fato de se considerar que nos anos de 1920 era defendido um projeto educacional para o Brasil ou um projeto de educação nacional, envolvendo nuances e elementos que concorriam com as questões marcadas, de certo modo, pelos aspectos regionais, com disputas internas no âmbito de cada Estado ou com referenciais macros do país e até internacionais – como as influências decorridas da Primeira Guerra Mundial – nos anos de 1920.

Percebe-se a dualidade entre os aspectos regionais e o que era próprio do cenário nacional: nos aspectos políticos, a possibilidade de articulação e organização de partidos e

demais intervenções permitida pela política oligárquica e regionalizada; na cultura, a exemplo das artes, onde o regionalismo também se colocava como proposição nas ideias modernistas; no cenário educacional, as atribuições de os Estados promoverem o ensino infantil e primário em acordo com suas concepções e condições e, ainda, relacionado aos Estados do sul do Brasil, de modo mais contundente do que em outros, juntavam-se as defesas acerca da nacionalização do ensino, por meio da ação direta da e sobre a escola primária.

Em relação a esta observação – demarcação regional em diálogo com as questões nacionais –, os assuntos relacionados à nacionalização do ensino e do ensino da língua vernácula, transparecem na CIEP-RJ, evento em âmbito nacional, projetando uma realidade ainda mais regionalizada.

No sentido da nacionalização do ensino e do uso da língua vernácula os Estados do sul do Brasil são mais representativos dessa questão do que seus pares federativos. Como personificação de um projeto que buscava a “unidade nacional” pela “unidade educacional”, por meio da nacionalização do ensino e do ensino na língua vernácula. Nestas considerações, Klug (2003) e Kreutz (2005) discutem a força desta cultura teuto-brasileira e das escolas étnicas, especialmente, no Sul do Brasil, delineando tensões derivadas dessas realidades. Nesta perspectiva, Fiori (2003, p. 30) observa que não se pode ignorar que os alemães “(...) formaram uma sociedade diferente e pautada em valores étnicos bem diversos dos valores brasileiros (...)”.

No alongar dos anos de 1920, Orestes Guimarães, quando Inspetor Federal das escolas catarinenses subvencionadas pela União, emitiu, em 1929, um parecer intitulado “Nacionalização do Ensino Primário” (SANTA CATHARINA, 1929), no qual narrou aspectos relativos à realidade catarinense, neste íterim, bem como de outros Estados. Mencionou um pedido de derrogação de um artigo da lei que designava o que era uma escola estrangeira, demonstrando certa tensão entre forças opostas, decorrente das leis sobre nacionalização do ensino primário. O relator indicava o assunto do seu parecer que se deveria considerar: “Por escolas estrangeiras se entendem aquelas em que uma ou mais disciplinas são ensinadas em língua estrangeira, ainda que o professor seja nacional”. (SANTA CATHARINA, 1929, p.19).

Carvalho, (1998, p. 37) menciona a “‘grande causa da educação nacional’ numa operação que concomitantemente delineava, no avesso da figura do brasileiro-objeto da obra educacional redentora, a imagem do cidadão que deveria dela resultar”.

Pode-se avaliar que, junto às pretensões de se “nacionalizar as crianças” e cultivar a “alma nacional” nos espaços das escolas primárias, somam-se outras necessidades como as decorrentes de problemas referentes ao alto índice de analfabetismo no país; medidas relacionadas à expansão, gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; urgência de criação de um conselho nacional de educação; dentre outras que também demarcariam o tom da modernidade para a nação brasileira.

Muitas dessas questões, também foram discutidas no evento posto aqui em evidência: CIEP-RJ. Todavia, se sustenta, com igual força, que a modernidade educacional esteve articulada às questões voltadas para a identidade e consciência nacionais, como se propõe nesta análise.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fundo de Cultura Económica, 1993.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Porto Alegre: Ática, 1989.

BRASIL. **Annaes da Conferência Interestadual de Ensino Primário**. Rio de Janeiro: Emp. Industrial Editora “O Norte”, 1922.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Documento Referência – CONAE**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/documentoreferenciaconae2014versaofinal.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conferência Nacional de Educação, 2018 – orientações para as conferências municipais, intermunicipais, estaduais e distrital**. Brasília, 2018. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientacoes_conferencias.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos imperial e republicano. 2. ed. (revista). Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

KLUG, João. **A escola alemã em Santa Catarina**. In: DALLABRIDA, Norberto (org.). Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 141-155

KREUTZ, Lúcio. **Escolas étnicas na história da educação brasileira**: a contribuição dos imigrantes. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). História e memórias da educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2: século XIX, p. 150-165.

LE GOFF, Jacques. Antigo/moderno. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, (reed.), vol.1. **Memória-História**, 1997. p. 370-392.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et. al.]. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996 (Coleção Repertórios).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

SANTA CATHARINA. **Nacionalização do Ensino** (Um Parecer do professor Orestes Guimarães, Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, no Estado de Sta. Catharina). Blumenau: 1929.